

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA N.º 443 DE 25 DE JULHO DE 2014

(D.O.U. de 28/07/2014 - Seção 2)

Constitui Grupo de Trabalho Tripartite para a revisão da Norma Regulamentadora n.º 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, em face do disposto no inciso II do art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Portaria MTE n.º 1.127, de 2 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho Tripartite - GTT com o objetivo de analisar as sugestões recebidas da sociedade e elaborar proposta de texto final para a revisão da Norma Regulamentadora n.º 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho).

Art. 2º O GTT será composto por cinco membros titulares representantes das bancadas do Governo, dos trabalhadores e dos empregadores, designados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, conforme indicação formal das entidades públicas e privadas que compõem a Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP:

I - Representantes do Governo:

a) Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST / SIT / MTE

- Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira

- Márcia Carolina Marques

- Rafael Faria Gigueur (*Retificado em 02 de janeiro de 2015*)

- Valdir Oliveira Silva

b) Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO / MTE

- Swylmar dos Santos Ferreira

II - Representantes dos Empregadores:

- Luis Sérgio Soares Mamari

- Paulo Rogério de Araújo

- José Luiz Pedro de Barros

- Nicole Goulart

- Romildo Garcia Brusiquese

III - Representantes dos Trabalhadores:

- João Batista Xavier da Silva

- Irene Rodrigues dos Santos

- Geraldo Ananias Pacheco

- Renato de Jesus Santos

- José Juscelino de Medeiros

Parágrafo único. As bancadas poderão ser assessoradas por 2 (dois) técnicos, indicados formalmente pelas entidades públicas e privadas que compõem a Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP.

Art. 3º A coordenação do GTT será exercida por membro indicado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Art. 4º A participação nas atividades do Grupo de Trabalho Tripartite é considerada de interesse público e não será remunerada.

Art. 5º As deliberações do GTT serão tomadas perseguindo sempre a construção do consenso entre seus membros, cabendo à SIT decidir sobre a questão que permanecer controversa.

Art. 6º O posicionamento final das bancadas deverá ser efetuado pelo coordenador da respectiva bancada.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

RETIFICAÇÃO

(D.O.U. de 02/01/2015 - Seção 2)

Na Portaria SIT n.º 443, de 25 de julho de 2014, publicada no D.O.U. de 28 de julho de 2014, Seção 2, pág. 87, onde se lê: Rafael Faria Guiger
Leia-se: Rafael Faria Giger